



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 36/2017

Período: 07/10/2017 – 13/10/2017

GEDES – UNESP

- 1- Pesquisa apontou que a maioria dos moradores da cidade do Rio de Janeiro apoiaram a atuação das Forças Armadas
- 2- Coluna opinativa criticou a falta de repreensão às declarações do general Mourão
- 3- Construção de uma unidade da fábrica de peças para novo caça brasileiro não foi consolidada
- 4- Senado aprovou projeto que transfere os julgamentos dos militares à Justiça Militar
- 5- Forças Armadas retornaram à comunidade da Rocinha
- 6- Novo sistema de trajetos aéreos foi implantado na região Sul do Brasil

1- Pesquisa apontou que a maioria dos moradores da cidade do Rio de Janeiro apoiaram a atuação das Forças Armadas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a maioria dos moradores da capital do estado do Rio de Janeiro posicionaram-se favoráveis à atuação do Exército na cidade. Conforme pesquisa realizada pelo Datafolha, 15% dos moradores são contrários ao emprego dos militares, enquanto 83% apoiam a presença das do Exército na cidade. A pesquisa destacou que 44% dos entrevistados afirmaram que a situação melhorou depois da atuação das tropas, enquanto 52% ressaltaram que a ação não trouxe alterações significativas e 2% afirmaram que a situação piorou. A operação das Forças Armadas para manter a segurança pública na cidade do Rio foi aprovada pelo presidente da República, Michel Temer, para ocorrer até o final do ano que vem, de acordo com a *Folha*. Apesar do resultado das pesquisas de sensação de insegurança, a decisão foi alvo de críticas. Em coluna opinativa à *Folha*, o advogado criminal e jornalista Luís Francisco Carvalho Filho destacou o papel das Forças na violação de garantias individuais pois, segundo ele, o medo da violência e da corrupção política estão “na raiz” de posições autoritárias, sendo questionável a atuação dos militares em comunidades da cidade do Rio. Carvalho Filho destacou as declarações do chefe de Comunicação Social do Exército, general Otavio Santana do Rêgo Barros, as quais apontavam a importância de oferecer mais segurança jurídica aos militares durante a operação, prevendo a violação de liberdades individuais e “restrições de movimento”. Para o jornalista, o autoritarismo no Brasil tende a piorar. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/10/17*)

2- Coluna opinativa criticou a falta de repreensão às declarações do general Mourão

Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o advogado e professor da Universidade de São Paulo, Miguel Reale Júnior, criticou a falta de repreensão do presidente da República, Michel Temer, e do ministro da Defesa, Raul Jungmann, às declarações do general Antonio Hamilton Mourão, que defendeu, em sessão de uma loja maçônica, a possibilidade de intervenção do Exército para “pôr a casa em ordem”. Segundo o colunista, é “atemorizador” o presidente da República não ter se pronunciado sobre a declaração de uma possível intervenção militar, revelando a ausência de autoridade tanto de Temer quanto de Jungmann. Reale Júnior ressaltou a importância da Constituição e afirmou que a não resolução da crise moral não é justificativa para uma intervenção militar. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 07/10/17)

3- Construção de uma unidade da fábrica de peças para novo caça brasileiro não foi consolidada

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a prefeitura de São Bernardo do Campo, em São Paulo, ameaçou ir ao Ministério Público Federal após quatro anos de espera para receber uma fábrica de peças de fuselagem para o novo caça brasileiro. De acordo com o prefeito do município, Orlando Morando, "o anúncio da unidade foi público, de conhecimento da FAB [Força Aérea Brasileira] e do Ministério da Defesa. Se isso não se consolidar, serei obrigado a levar a questão ao Ministério Público". Segundo o periódico, a fábrica de peças é parte central do projeto da nova versão de dois lugares do avião Gripen NG, que será projetado juntamente com a empresa sueca SAAB e a brasileira Embraer. Conforme apuração da *Folha*, “o cronograma da parte brasileira do Gripen preocupa a FAB, apesar de todos dizerem que está tudo em ordem”. No dia 25/07/17, Morando levou o caso ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, que o encaminhou para o responsável pela aquisição das aeronaves, o brigadeiro Márcio Bonotto. Segundo o jornal, no dia 09/08/17, depois de uma reunião com representantes da FAB, o prefeito saiu sem uma resposta concreta, porém foi informado de que representantes suecos entrariam em contato. O jornal apontou que uma investigação da Operação Zelotes, instaurada em 2016, apura se o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva favoreceu a escolha do Gripen para a FAB, apesar de, segundo o periódico, o caça sueco já ser apontado como o escolhido pela Força Aérea desde 2009. (Folha de S. Paulo – Poder– 09/10/17)

4- Senado aprovou projeto que transfere os julgamentos dos militares à Justiça Militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Senado Federal aprovou, no dia 10/10/17, um projeto que transfere à Justiça Militar a capacidade de julgar os crimes cometidos por militares contra civis em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O projeto agora seguirá para sanção presidencial. De acordo com a legislação vigente, os crimes cometidos por militares contra civis são julgados pela Justiça Comum. Segundo o *Correio*, a medida busca aumentar a presença das Forças Armadas na segurança pública. O relator do projeto, o senador Pedro Chaves, afirmou que “o tribunal do júri visa permitir que cidadãos julguem seus pares, ou seja, outros cidadãos. Militares das Forças Armadas no exercício de sua missão não estão agindo como cidadãos, mas sim como o próprio Estado”. Por outro lado, o senador Lindbergh Farias

criticou o uso das Forças na segurança pública e ressaltou que “o que a gente precisa é de investigação. Esses soldados são preparados para a guerra”. De acordo com a *Folha*, a aprovação deste projeto provocou divergências entre as Forças Armadas e a Justiça Militar, de um lado, e o Ministério Público Federal e organizações não governamentais, de outro. A Procuradoria Geral da República mostrou-se contrária ao projeto, afirmando que a Justiça Militar “não goza de autonomia em relação às Forças Armadas” e, assim, “não pode ser reconhecida como isenta para processar atos graves que foram praticados por militares contra civis”. Entidades relacionadas à promoção de direitos humanos, como a Anistia Internacional, pediram ao presidente da República, Michel Temer, que vetasse integralmente o projeto, e mencionaram que o período do regime militar (1964-1985) foi marcado pelas impunidades relacionadas às denúncias de torturas, desaparecimentos e assassinatos. O Exército, o Superior Tribunal Militar e a Procuradoria Geral da Justiça Militar comemoraram a aprovação do projeto. Segundo a *Folha*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, comentou que o projeto corrige um problema da lei criada em meio a clamor público motivado por episódios como a chacina da Candelária, em 1993, quando foram incluídos os “militares, que nada tinham a ver” com os episódios. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Bernardo Mello Franco afirmou que, caso Temer sancione essa ação, “o país dará mais um passo atrás no campo dos direitos humanos”, e que “o novo projeto reabilita um privilégio criado pela ditadura militar, em decreto-lei de 1969”. O jornalista ressaltou que após a redemocratização o país levou 11 anos para estabelecer regras aos militares semelhantes às dos civis. (Correio Braziliense – Política – 11/10/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/10/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/10/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/10/17)

5- Forças Armadas retornaram à comunidade da Rocinha

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 10/10/17 as Forças Armadas voltaram à comunidade da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, para uma ação definida como pontual. O apoio do Exército foi solicitado para verificar informações referentes ao depósito de armas e drogas nas matas após denúncias de tiroteios no local. Segundo o Comando Militar do Leste (CML), 550 militares e sete blindados foram utilizados para a ação. De acordo com o *Correio*, nos 24 dias de operações em comunidades do Rio de Janeiro, foram contabilizadas 53 prisões, apreensões de 98 armamentos e de duas toneladas de drogas. (Correio Braziliense – Brasil – 11/10/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/10/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/10/17; Correio Braziliense – Brasil – 12/10/17.)

6- Novo sistema de trajetos aéreos foi implantado na região Sul do Brasil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) alterou, no dia 12/10/17, o sistema de rotas para navegação aérea na região Sul do Brasil. O novo sistema utiliza a denominada Navegação Baseada em Performance (PBN) e auxiliará na diminuição de trajeto de aeronaves, resultando na economia de 2 mil toneladas de combustíveis por ano, e na redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera. De acordo com o brigadeiro do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, Luiz Ricardo Nascimento, as mudanças serão aplicadas em todo o país, sendo parte de um “complexo de planejamento” da Força. (Correio Braziliense – Política – 13/10/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Rafaela Schuindt Santos Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).